

EXPERIÊNCIAS URBANAS: MIGRANTES E MODOS DE VIVER E TRABALHAR NA PERIFERIA DE CAMPINA GRANDE NA DÉCADA DE 1960

URBAN EXPERIENCES: MIGRANTS AND WAYS OF LIVING AND WORKING IN THE OUTSKIRTS OF CAMPINA GRANDE IN THE 1960S

Hilmaria Xavier SILVA*

Resumo: A partir do final da década de 1940 e início de 1950, Campina Grande passa por uma significativa urbanização e expansão, favorecida pelo crescimento econômico. Observamos que trabalhadores do campo migraram da zona rural para a zona urbana de Campina Grande à medida que o trabalho na lavoura estava se tornando inviável em razão das secas e viam no centro urbano de Campina possibilidades outras de trabalhar e ter condições de vida mais dignas. Nosso trabalho intenta refletir sobre como alguns populares migraram para Campina Grande no fim da década de 1950 e década de 1960, modificando suas práticas no mundo do trabalho e alterando as características da malha urbana, já que, concentrando-se na periferia, homens e mulheres outrora lavradores passaram agora a desempenhar funções de vigilantes, pedreiros, lavadeiras, vendedores ambulantes, carroceiros, quebradores de pedra, dentre outras.

Palavras-chave: Migração, Campina Grande, Trabalho.

Abstract: From the late 1940s and early 1950s, Campina Grande undergoes a significant urbanization and expansion, favored by economic growth. We observed that rural workers migrated from rural to urban area in Campina Grande in so far as the farming activity was becoming unviable due to droughts and they could see, in the urban center of Campina, other possibilities of working and worthier life conditions. Our work attempts to reflect on how some popular migrated to Campina Grande in the late 1950s and 1960s, changing their practices in the workplace and changing the characteristics of the city, because massing in the periphery, men and women who were ploughpeople in past, have now the role of watchers, bricklayers, washerwomen, street vendors, cart drivers, stone breakers, among others.

Keywords: Migration – Campina Grande – Work.

A cidade é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de um domínio e transformação de um espaço social no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do ‘habitar’, e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do ‘humano’, [...] cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais (PESAVENTO, 2007, p.14,15).

* Mestranda em História – Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, CEP: 58429-900, Campina Grande, PB – Brasil. Bolsista Reuni. E-mail: hilmariax@yahoo.com.br

É esse tecido de relações sociais, do qual nos fala Pesavento, que vamos trabalhar nas páginas seguintes. O tecido específico que cobrirá essas páginas terá como *locus* a cidade de Campina Grande¹. Os escritos sobre essa cidade têm se mostrado sob vários olhares e perspectivas historiográficas, que vêm sendo (re)vistos e (re)significados ao longo do tempo. Neste trabalho, pretendemos apontar mais uma visão e significação sobre Campina Grande.

Nosso trabalho intenta refletir sobre como alguns populares migraram para Campina Grande no fim da década de 1950 e década de 1960, modificando suas práticas no mundo do trabalho e alterando as características da malha urbana. A partir do problema colocado, enfatizamos o interesse em analisar práticas culturais e sociais que colocam as possibilidades de vivenciar e experimentar o espaço urbano pelos populares, reorganizando aquele espaço, atentando para as práticas e estratégias que dão significado próprio ao seu viver em periferia e que burlam a ordem estabelecida ou desejada pela classe mais abastada.

Para tanto, entrevistamos pessoas que migraram da zona rural e de cidades circunvizinhas de Campina Grande. Através de seus relatos orais de memória, aquelas pessoas narraram suas experiências, apontaram como, após migrar para uma cidade que parecia mais promissora que a sua de origem, concentrando-se na periferia, homens e mulheres, outrora lavradores, passaram agora a desempenhar funções de vigilantes, pedreiros, vendedores, carroceiros, quebradores de pedra, dentre outras. Pessoas que alteraram a malha urbana - tendo a cidade como algo concreto, espaço praticado, e que alteraram conseqüentemente o mundo do trabalho na cidade à medida que modificaram sua vida, seu cotidiano. Assim, a história da cidade e as histórias de vida se ligam aqui, se costuram numa só escrita.

Refletindo sobre o que ora foi exposto, caminhando na contramão de estudos que concebem a cidade como algo abstrato ou homogêneo, buscamos perceber suas margens e sua diversidade social. Esse caminho teórico metodológico se diferencia daquele que boa parte da historiografia tradicional fez durante décadas, quando, através dela, grupos populares ou categorias profissionais diversas que compõem a classe trabalhadora perdem suas formas peculiares de aparecer e experimentar a cidade e os equipamentos urbanos, e são muitas vezes relegados ao silêncio ou perdem seu sentido de humanidade dentro de conceitos e termos gerais.

Experimentar a cidade é algo que os grupos populares fazem com maestria. O espaço urbano é uma extensão da casa quando se abrem as portas para a rua. Assim a cidade é composta e vivenciada como uma polifonia de sons, de cores, formas, sabores, odores, lugar de práticas de trabalho, lazer, solidariedade e violência. Comungamos com a ideia de ROLNIK (1992) quando afirma:

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular. Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso. Para além delas existe todo um processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que o seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve (ROLNIK, 1992, p. 28).

Pensar a cidade implica pensar espacialidades e temporalidades². Deste modo, devemos ter em mente que as cidades são produzidas em determinados espaços e tempos históricos em que a dinâmica dos homens em sociedade vai modelando seus contornos.

No caso de Campina Grande, a cidade no contexto histórico acima apontado, não foge à regra dos problemas de outras cidades grandes e médias do país. Problemas e conflitos de toda ordem rondam a cidade: o lugar dos pobres, a desventura dos que conheceram a violência, as investidas dos planejadores da cidade, e a dos anônimos que efetivamente a produzem todos os dias, e tecnologias que não dão conta das demandas urbanas a exemplo do transporte, do acesso aos serviços de saúde, educação, moradia e trabalho.

Nossa preocupação, e certamente a de inúmeros outros pesquisadores ao se debruçarem sobre os estudos sobre as cidades, é levar ao leitor o conhecimento de algumas experiências que vêm sendo desenvolvidas nos mais variados centros urbanos. Assim, ao estudar Campina Grande, procuramos conhecer homens e mulheres que habitaram a cidade em períodos e situações específicas. Acreditamos que só é possível pesquisar sobre a cidade investigando as experiências vivenciadas por seus moradores, tendo em vista que são eles quem forjaram e forjam a cidade, organizados em classes ou grupos sociais, pois, a cidade passa a existir enquanto tal quando os homens assim o determinam.

Partindo do pressuposto de que o processo é o permanente devir, então, o propósito de estudar o espaço urbano é um grande desafio, na medida em que constituem processos em movimentos. SANTOS (1993) ajuda a esclarecer os nossos questionamentos, ao explicar o processo de urbanização brasileiro. Ao longo do século, especialmente nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade. O campo brasileiro moderno afasta os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. E ainda nos diz que

A extrema privação em que vivem atualmente milhões de indivíduos é objeto de copiosa literatura. A pobreza urbana – ou melhor, os aspectos da pobreza vinculados à urbanização - alimentou-se de uma atividade intelectual infatigável. Mas as investigações simplistas ou falsas a respeito do que é pobreza e como ela é criada, como funciona e evolui continuam sendo o verdadeiro problema (SANTOS, 1979, p. 11-12).

Sobre as nuances de nossa cidade já a partir da década de 1920, SOUSA (2006) nos revela que

Campina Grande aparecia em grande parte do discurso e da propaganda das elites, ambigualmente, como um lugar em franca expansão e cheio de mazelas, mas onde o progresso e a civilização deitavam raízes.

A partir do final da década de 1940 e início de 1950, Campina Grande passa por uma significativa urbanização e expansão, favorecida pelo crescimento econômico, o qual se deu, sobretudo, em função da produção do algodão em larga escala, com a chegada do sistema de abastecimento de água, de energia, de esgoto, bem como, com a concentração de serviços públicos e privados, que, por conseguinte, acarretaram um adensamento populacional. Observamos que trabalhadores do campo migraram da zona rural para a zona urbana de Campina Grande, à medida que o trabalho na lavoura estava se tornando inviável por causa das secas e viam no centro urbano de Campina possibilidades outras de trabalhar e ter condições de vida mais dignas.

Em Campina Grande, a partir desse período verificamos também o aparecimento de agência bancárias. Instalaram-se o Banco Industrial de Campina Grande, Banco do Comércio de Campina Grande e o Banco do Povo. Empresas de aviação passam a operar no aeroporto local, observamos o aumento de entidades culturais e assistenciais,

e ainda, o aumento considerável de casas comerciais. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, instalaram-se e desenvolveram-se indústrias na cidade, o que proporcionou a formação de novos bairros. Especialmente nesse contexto, acentua-se também o processo de concentração fundiária que obriga o homem do campo, sem terra, a procurar a cidade, o que em consequência contribui para um aumento populacional.

Quando o desenvolvimento do país parece atingir seu ponto máximo em 1960, atraindo inclusive indústrias automobilísticas, e politicamente passa por momentos de tensão com o Golpe Militar de 1964, Campina Grande recebe a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), implanta seu distrito industrial, mas perde para Recife o seu lugar de destaque enquanto polo comercial e perde para João Pessoa o primeiro lugar na economia do estado. Apesar disso, foi destaque no estado como centro educacional com o desenvolvimento da Escola Politécnica, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Regional do Nordeste e da construção do Teatro Municipal³. A partir de então, nestas condições socioeconômicas colocadas acima, percebemos que Campina Grande passa cada vez mais a servir como instrumento de concentração urbano populacional.

Neste texto, contaremos a história de quatro pessoas (Pedro José, José Leonardo, Floripa Martins e Severino Nunes) para pensar como se deram as relações entre migrações e mundos de trabalho em Campina Grande na década de 1960. Essas pessoas, apesar de suas trajetórias de vida particulares, têm em comum o fato de terem migrado e morado em periferia, especificamente na mesma favela: a Favela da Cachoeira⁴.

Tal favela teve origem durante a gestão do então prefeito Severino Cabral (1959 – 1963)⁵. O local foi ocupado por pessoas que imigravam da zona rural da Paraíba para Campina Grande em busca de obter uma melhoria na qualidade de vida. No entanto, essa crescente onda de migração e a aglomeração de pessoas naquele local não demorou a causar incômodos na elite local, que residia nas imediações do local invadido. Sentindo-se ameaçados pelos populares que ali se estabeleciam, a elite campinense começou a pressionar as autoridades públicas para que algo fosse feito.

Tendo em jogo os poderes e as influências que eram peculiares à sua condição, o prefeito Severino Cabral desalojou os invasores daquela área cedendo para eles um terreno situado entre os bairros de José Pinheiro e Monte Castelo, marginalizando e varrendo aquelas pessoas do centro da cidade. O então prefeito estava tão empenhado em “solucionar” aquele caso, que além de ceder terreno aos “sem teto”, ainda ofereceu-lhes materiais de construção para que eles improvisassem pequenas moradias,

incentivando, assim, sua permanência na nova área e garantindo que eles não voltassem a "pisar nos calos" da elite coligada. Estava assim marginalizando aquelas pessoas, mas não desagradando os interesses da elite local. O que o prefeito Severino Cabral fez foi "resolver um problema" criando outro.

O que aconteceu é que essa área também foi usada como artifício político. Quem procurasse a prefeitura em busca de um lugar para morar tinha aquela região indicada. Assim, a área chamada de Cachoeira, em função de uma pequena queda d'água onde desaguava o antigo Riacho das Piabas foi rapidamente ocupada e expandida. A cada ano chegavam novos moradores, novas casas de barro e taipa eram construídas, e a infraestrutura do lugar não era desenvolvida pela prefeitura. Esta apenas permitiu que se alojassem ali. Nada mais em termos de melhorias foi feito efetivamente pela prefeitura de Severino Cabral naquela região. A própria geografia da Cachoeira, nada plana e com um declive imenso dificultava o processo de construção das moradias, que eram feitas praticamente umas sobre as outras.⁶

Não cabe aqui uma discussão mais ampla sobre as medidas de outras administrações públicas na Favela da Cachoeira⁷, no entanto, localizar esse espaço se faz necessário a medida em que, ao longo dos anos, ele recebeu trabalhadores migrantes, dentre outras pessoas de interesses diversos, inclusive residentes de outros bairros de Campina Grande. Atentemos para o fato de que migrar para um centro urbano e morar na favela alterou significativamente o mundo do trabalho das pessoas citadas que ora vamos conhecer.

Pedro José da Silva⁸, de 76 anos, ex morador da extinta Favela da Cachoeira, antes de morar em Campina Grande no início de 1960, vivia em Alagoa Nova⁹. Segundo ele, mudou-se daquela cidade por não ter um emprego certo, e via em Campina a possibilidade de trabalhar e proporcionar à sua família uma vida melhor e mais confortável do que a que estavam tendo em Alagoa Nova. Em Campina Grande passou a trabalhar de vigilante, profissão que desempenhou a vida toda e que sustentou sua esposa e dois filhos. É interessante percebermos que no final da década de 1950, a profissão de vigilante, exercida pelo senhor Pedro, já se fazia necessária na cidade. Alguns jornais da época noticiavam em suas páginas a ação de bandidos procedentes de cidades e/ou distritos circunvizinhos atraídos pelo renome que desfrutava Campina Grande enquanto centro comercial, sendo assim lugar propício para o campo de atuações dos chamados "inimigos do alheio". Para não ser vítima de furtos e terem suas casas arrombadas, tendo em vista o reduzido número de policiais na época, a população

abastada fazia uso da função de vigilante já em fins da década de 1950 como uma medida particular de proteger seus bens¹⁰.

Realmente Campina Grande atraía cada vez mais um grande número de migrantes da zona rural. No entanto, não podemos generalizar que essa inserção de forasteiros em nossa cidade se deu apenas por pessoas propensas a viver ameaçando a ordem pública. Muitos vieram em busca de empregos na cidade, pois a seca assolava suas regiões e viver da agricultura estava se tornando cada vez mais difícil. Temos registro de que em 1958 o então prefeito Elpídio de Almeida já apelava providências ao governo estadual e federal no sentido de amparar a população rural afetada pela seca para evitar o “êxodo e a debandada geral” (palavras do prefeito) de moradores da zona rural para a zona urbana de Campina Grande¹¹.

De agricultor em Alagoa Nova a vigilante em Campina Grande, a vida do senhor Pedro José mudou bastante. Vivendo em condições precárias na zona rural, Pedro José nos diz que a fome já não mais o assolava quando mudou-se para Campina:

Eu nunca passei fome porque eu nunca parei, eu sempre trabalhava. Passar bem ninguém passava não, mas ruim demais também não era. Eu passei fome antes de vir pra Campina, mas depois de estar aqui nunca chegou o dia de não ter o que comer não.

Em Campina, ele passou a se envolver nas questões políticas do bairro em que morava. Fundou juntamente com outros moradores da Favela da Cachoeira e com estudantes do curso de Serviço Social da UEPB a Associação de Moradores da Favela da Cachoeira. Quando questionado sobre o trabalho realizado pela associação, Pedro diz:

Eram dez na diretoria, mas eram cento e cinquenta e poucos sócios. O povo sempre participava, ia direitinho. Tinha as vezes, reunião fora, esses negócios de congresso, seminário, em João Pessoa tinha. Fomos em Brasília e no Rio de Janeiro. Participamos de congresso né. A gente falava de problema de água, de esgoto, de energia, que na época não tinha. O tema da reunião sempre era esse. Se juntava os presidentes de SAB junto com a UCES e iam pra aqueles congressos em João Pessoa e a discussão era sobre moradia, sobre infraestrutura, essas coisas.

O senhor José Leonardo¹², de 50 anos, migrou de um sítio em Massaranduba¹³ no final da década de 1960 para tentar uma vida melhor em Campina. Ele nos conta:

A gente era um pessoal que veio da roça. Aí na idade de 13 pra 14 anos eu comecei a trabalhar na rua e não fui mais pra roça. Mas era só trabalho. Eu comecei com construção, depois fui trabalhar com calçamento, cavando vala. Todo esse tipo de serviço já passei por tudo. Mas mais tempo eu trabalhei de pedreiro. E eu ia aonde a construção fosse, já fui até pra João Pessoa. Depois tive esse problema de coluna, aí não aguentei mais trabalhar e parei. Fiquei dois meses de cama, aí me operei.

José Leonardo, trabalhando em Campina Grande, construindo casas de alvenaria para quem podia pagar para tê-las, não tinha a sua própria, vivendo na favela. Sobre a construção de sua própria casa e a disparidade entre seu mundo de trabalho e a realidade do lugar em que vivia, ele nos diz:

No ano que eu me casei eu não tinha casa. Fui morar na casa da minha sogra, passei 5 anos morando com ela. Aí comprei umas madeiras, comecei a construir bem animado, porque eu nunca tinha tido um teto né, tava todo animado, comecei a construir. Eu trabalhava da segunda a sexta até o sábado de meio dia, aí quando tinha um espaçozinho de tempo eu ia construindo minha casa. Era de madeira. Só sei que cobri num domingo. Deixei toda cobertinha. Quando foi na segunda-feira eu saí pra trabalhar. Quando eu cheguei tava só o canto. A chuva derrubou. Só era eu e a mulher, só nós dois levantando a casa. Quando tinha esses espaçozinhos de tempo era que a gente ia trabalhando. Nesse tempo a gente já tinha dois meninos já. Era tempo de chuva. Foi muito tempo fazendo e só durou uma noite. Dormi no domingo, fui trabalhar na segunda, quando voltei, da casa só tinha o canto. A chuva levou a casa. Aí lá vai começar tudo de novo. Bateu logo aquele desânimo na pessoa, porque depois de tanto trabalho já, muito trabalho, e a gente só pensando em terminar pra ir pra dentro, pra depois não dar em nada né?

História de luta para trabalhar e ter o pão de cada dia, também nos contou a senhora Floripa Martins¹⁴, de 76 anos, que chegou a Campina Grande no final de 1959. Como diz ela mesma, gente de sítio, dona Floripa morava em Galante¹⁵ e ao se casar foi morar em Queimadas¹⁶ com marido e sete filhos. Viviam da agricultura. A própria Floripa tinha habilidades com o plantio e a colheita. Depois de abandonada pelo marido, Floripa resolveu vir tentar a vida em Campina Grande, ficando na companhia de uma irmã e trabalhando numa pedreira para garantir alimento para os seus.

Eu morava em Galante. Aí casei e fui pra Queimadas. Meu marido me deixou em Queimadas. Aí eu vim embora pra cá depois que fiquei só. Trabalhava na agricultura, no roçado. Aí vim parar em Campina com os filhos. Tinha sete filhos na época. Era quebrando pedra, passando fome, os meninos pedindo esmola. Passava muita necessidade. Pobre de Maria, minha filha, sofria muito, varria feijão na feira, ela era a

mais velha. Eu ia quebrar pedra e os meninos iam pedir esmola, Maria e Antônio. Depois eu arrumei Djalma. Fome? Ave Maria, minha filha... fome... passamos demais. Eu mesma cheguei a cair de fome lá. Tinha dia que a gente caçava sal pra botar na boca pra beber água e não encontrava, não tinha não, filha... era uma vida muito sofredora. Sofremos muito tempo.

O senhor Severino Nunes¹⁷, o sr. Bino, como prefere ser chamado, veio morar em Campina Grande depois que se casou e saiu de Alagoa Grande¹⁸ no final da década de 60. Também trabalhavam na agricultura, mas Sr. Bino acreditou que Campina poderia oferecer melhores condições de emprego e renda para a família. Inicialmente, Bino morava com a esposa e os filhos numa casa alugada na Rua Castro Alves, em José Pinheiro e trabalhava numa fábrica de doces em Rosa Cruz. Bino pediu dinheiro emprestado ao patrão da fábrica de doces para construir sua morada na Cachoeira. Na época, segundo Bino, lá era o lugar mais barato de comprar uma casa para morar.

Ainda faltava uma semana pra eu trabalhar e pagar o barraco lá, eu trabalhava e ganhava por semana de trabalho. Aí parou o serviço, aí pronto, eu não conhecia Campina. Aí foi graças a Deus louvado, porque eu tava sem emprego e sem conhecer a cidade. Eu só conhecia mesmo o caminho de Alagoa Grande pro trabalho, lá em Rosa Cruz, onde fazia a rapadura. Eu não conhecia Campina Grande, eu só conhecia o local de onde eu trabalhava, aí foi sufoco, pra eu arrumar esse restante de dinheiro. O barraco já estava pronto, faltava uma prestação pra eu terminar de pagar. Era 500 Cruzeiros o barraco, hoje em dia esse dinheiro nem existe. Aí o dono da rapadura emprestou 300. Era dinheiro de lavar, quase não cabia nos bolsos, era nota grande. Ficou faltando 200 pra fazer negócio com o homem do barraco. Eu paguei os 300 e ficou faltando 200 pra eu pagar com 30 dias. Mas em 30 dias dava pra levantar esse dinheiro trabalhando lá na rapadura tranquilamente, mas o serviço fracou, eu só trabalhei duas semanas e ficou duas. Só que como o homem me emprestou 300 eu recebia o salário e deixava um pedaço lá pra pagar a conta. Aí voltava com quase nada. Por isso que a gente passou fome, pra completar. Quando eu vim pra Cachoeira já foi mais melhor porque eu fui conhecendo a cidade. Depois que a gente pagou o barraco tudo melhorou mais. Mas a vida era muito difícil, eu passei fome pra juntar dinheiro pra comer.

Morando na Favela da Cachoeira, o Sr. Bino foi trabalhar vendendo frutas na Ceasa. Transportar seus instrumentos de trabalho da Ceasa para casa é que se tornava uma tarefa cheia de dificuldades devido à topografia da favela. Sendo um declive acentuado, sair de casa para o trabalho e vice versa, exigia de Sr. Bino um esforço a mais.

Era na Ceasa. Saia da Cachoeira pra Ceasa, todo dia de madrugada eu ia. Aqui onde eu moro agora eu venho bater na porta com a carroça, né, e lá não, tinha que deixar em cima e descer tudo na cabeça. Deixa a carroça em cima pra descer com a mercadoria. O carrinho de mão não descia de jeito nenhum. A bicicleta eu tinha que descer nas costas, não tinha condição de descer montado. As viagens de cima pra baixo dependia da quantidade de coisa que eu trouxesse.

Há um dado a ser problematizado na fala de Bino: o fato de ele não conhecer tão bem a cidade a ponto de buscar outros recursos em outros espaços além do já habitado. A partir dessa perspectiva de que explorar a cidade ofereceria meios de obter sucesso profissional ou econômico, a cidade se torna objeto de consumo do qual Bino se apropriaria para se favorecer. Segundo MAYOL (2011), o

Conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento (MAYOL, 2011, p. 78).

Segundo CAIAFA (2007), mover-se em uma cidade é uma experiência muito particular, pois envolve a geografia das ruas, a arquitetura da cidade, a relação com o trânsito de veículos e de pessoas, os estímulos das luzes, das lojas e vozes humanas. Até conseguir reconhecer a cidade como espaço utilizável e seu e até poder pagar o barraco, como chama Bino, eles contaram com a solidariedade de seu antigo patrão por ter emprestado o dinheiro.

Esses relatos apresentados aqui nos dão indícios para pensar os fatores que contribuíram para constantes migrações para Campina Grande e de formas de viver e trabalhar nesta cidade na década de 1960: a concentração fundiária, a seca e as poucas possibilidades de tirar o sustento da família do trabalho do campo.

A história oral nos permitiu esse movimento, já que, como aponta Thompson

É uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isto alarga seu campo de ação. Admite heróis vendo-os não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (THOMPSON, 2002, p. 44).

Assim, fez-se importante para nossa pesquisa ouvir os outrora moradores da periferia. Certamente um corpus documental oficial foi analisado, bem como foi feita uma revisão bibliográfica sobre cidades e trabalho. No entanto, concebemos que a melhor forma de atingir os objetivos propostos foi ouvindo os atores sociais no que tange aos seus modos de viver na periferia da cidade. Os homens e mulheres que entrevistamos trazem à tona histórias vividas em um tempo e em um espaço específico, relatos sobre estratégias de lutas e de resistências pela sobrevivência em um lugar diferente do qual migravam. Nos dizem sobre as reivindicações de seu direito de morar dignamente na cidade e usufruir dos equipamentos urbanos. Mas também nos dizem acerca da topografia dos lugares habitados e de como isso estava imbricado aos sentidos, à percepção, à subjetividade daquelas pessoas. Segundo Certeau (1994), esses homens, a partir de suas experiências “seriam praticantes ordinários da cidade, caminhantes, pedestres que jogam com espaços que não se veem: tem dele um conhecimento tão cego como no corpo a corpo amoroso”. Como nos diz Regina Beatriz Guimarães Neto

Trata-se de uma representação da cidade e do território praticado que associa elementos da cartografia convencional com os dados das experiências apoiadas em signos culturais múltiplos, destinados a oferecer uma outra compreensão, para além dos discursos dos planejadores e administradores urbanos que defendem uma racionalidade técnica (NETO, 2008, p.45).

Assim, valorizamos a experiência dos atores sociais, as táticas e estratégias que se configuravam, as experiências individuais ou coletivas sobre o contexto social no qual aqueles atores estavam inseridos. Atentamos para como as memórias representam as experiências e os espaços habitados, como se deu para aquelas pessoas o processo de reterritorialização espacial e subjetiva. Valorizamos a liberdade dos sujeitos sem perder de vista as relações de poder. Valorizamos algo que pela historiografia tradicional era considerado documento, fonte e metodologia menores: os relatos de memória e a história oral. Entendemos que os relatos orais de memória são construções de representações que dão significado ao real vivido, ao espaço habitado, às práticas efetuadas por ações individuais e coletivas.

Deste modo, entendemos que a dimensão narrativa é formada por ações individuais e coletivas, reveladora da experiência vivida em diferentes momentos, e que vai muito além do simples ato de descrever, como algo mecânico, mas amplia o que

antes parecia inexpressivo, o que antes não se procurava ouvir, o que antes podia ser considerado irrelevantemente comum, mas que aponta a história ainda não dita do cotidiano urbano (MEIHY, 2005).

Assim, na perspectiva de que fazemos uma história viva, num processo histórico que se faz nascer a cada dia, os indivíduos que narram suas histórias atribuem sentidos às experiências individuais e coletivas, representam e explicam o mundo em que vivem. Deste modo as narrativas pessoais ganham uma dimensão social, e nós historiadores podemos ter a consciência de que os nossos caminhos de análises estão sempre em construção.

Os moradores de Campina Grande, frente a essas mudanças e ainda não fazendo ideia do que ainda iria ocorrer, viam-se obrigados a aprender a conviver em seus espaços de forma diferente, pois o uso que se fazia dele (o espaço) foi redefinido em função das ocupações, do aglomerado de pessoas, pelo desconforto. A partir de então, nestas condições socioeconômicas colocadas acima, percebemos que Campina Grande passa cada vez mais a servir como instrumento de concentração urbano populacional, tendo seu comércio e localização geográfica como fortes atrativos.

A imagem tradicional da cidade estava sendo modificada por homens que foram atraídos pela possibilidade de terem êxito em Campina. Assim, até mesmo as formas de sociabilidade e os códigos velados de convivência foram alterados. Uma outra forma de viver e de viveres se instaurava na cidade.

Referências Bibliográficas

- AGRA DO Ó, Alarcon, *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades - Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.
- CAIAFA, Janice. *A aventura das cidades*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2007.
- FERNANDES, Silvana Torquato. Progresso e modernização em Campina Grande: Da época de ouro do algodão até a consolidação do setor educacional. In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa; DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) *Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/ Campina Grande: EDUECE/ EDUFCG, 2010.
- GONÇALVES, Teresina. A cidade como palco da urbanidade. In. *Cidade e meio ambiente: estudos interdisciplinares*. Coordenação: Teresinha Maria Gonçalves, Robson dos Santos. Criciúma, SC: ED. Unesc, 2010.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In.: *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; Tradução d Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: *História: cultura e sentimento, outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 53, junho de 2007, p.14,15.

ROLNIK, Raquel, História urbana: história na cidade? In *Cidade & História* (org.) FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979.

SOUSA, Fábio Gutemberg Bezerra Ramos de. *Territórios de confronto, Campina Grande 1920 – 1945*. Campina Grande: EDUFCG, 2006

SOUSA, José Alves de. *Experiência de Trabalho Social em Favela: Favela da Cachoeira – Campina Grande, Paraíba*. Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 1990.

SOUZA, Josefa Lúcia Jordão de. *Agradando a Deus e ao Diabo – um estudo sobre a gestão Severino Cabral (Campina Grande – 1959-1963)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1988.

THOMPSON, Paul, *A voz do passado*, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Notas

¹ Cidade localizada no interior do Estado da Paraíba, no agreste paraibano, sobre o Planalto da Borborema. Fundada em 11 de outubro de 1864, localiza-se a cerca de 120 km da capital do estado, João Pessoa.

² Ver GONÇALVES, 2010.

³ Ver FERNANDES, 2010.

⁴ A Favela da Cachoeira, localizada na zona leste da cidade, foi considerada pelo senso comum a favela campinense portadora das piores condições habitacionais até a década de 1990. Além da falta de saneamento, coleta de lixo, pavimentação e outros serviços básicos, os moradores locais conviviam com problemas como o desabamento de encostas e barreiras. Por mais de quatro décadas, dezenas de casas foram ao chão no período de chuvas, deixando famílias inteiras desabrigadas. Não nos cabe aqui traçar a historicidade da favela, mas para situar o leitor de algumas características informamos que a favela chegou a ter, entre os anos de 1959 e 2006 (datas que marcam respectivamente o início de sua formação espacial e a desconstrução daquele espaço enquanto lugar habitado) cerca de 2.336 habitantes, 670 habitações, sendo 40% delas em situação de risco, segundo o Relatório de Trabalho Técnico Social de Reassentamento da População Beneficiária da Favela da Cachoeira, escrito em julho de 2007, disponível na cede da Cehap.

⁵ Sobre a administração de Severino Cabral, ver: SOUZA, 1988. Ver também: AGRA DO Ó, 2006.

⁶ Ver SOUSA, 1990.

⁷ A favela foi extinta no ano de 2006, quando a administração estadual relocou as mais de 600 famílias para o Bairro da glória, construído para receber os moradores da Favela da Cachoeira.

⁸ Concedeu-nos entrevista em 24/08/2011.

⁹ Município paraibano, localizado no Planalto da Borborema, a aproximadamente 25 km de Campina Grande e 155 km de João Pessoa.

¹⁰ Ver matéria publicada do Diário da Borborema de 05 de março de 1959. Disponível no acervo do arquivo do Museu Histórico de Campina Grande. Já na edição do dia 06 de março, este mesmo jornal veicula matéria de tentativa de assalto ao Convento das Clarissas, demonstrando quão periclitante estava a situação, pois nem um lugar relacionado ao sagrado e à religiosidade estava livre da ação dos marginais.

¹¹ Ver Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande, administração do prefeito Elpídio de Almeida, em 24 de março de 1958, nº 119, ano III. A solicitação de providências por parte do prefeito aos poderes estadual e federal se repetem no semanário seguinte, de 32 de março de 1958, nº 120, ano III. Disponível no acervo do arquivo do Museu Histórico de Campina Grande.

¹² Concedeu-nos entrevista em 24/08/2011.

¹³ Cidade paraibana localizada a aproximadamente 13 km de Campina Grande e 140 km da capital João Pessoa.

¹⁴ Concedeu-nos entrevista no dia 03/03/2012.

¹⁵ Cidade paraibana localizada a cerca de 28 km de Campina Grande e 126 km de João Pessoa.

¹⁶ Cidade paraibana localizada a aproximadamente 14 km de Campina Grande e 147 km de João Pessoa.

¹⁷ Concedeu-nos entrevista no dia 23/11/2011.

¹⁸ Localizada a cerca de 53 km de Campina Grande e 110 km da capital paraibana.

Artigo recebido em 20/12/2012. Aprovado em 24/01/2013.